**NOTA EXPLICATIVA**

A presente NOTA EXPLICATIVA tem por propósito apresentar o entendimento demonstrado nas planilhas do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, com fundamento no artigo 53, da Lei nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em seus **ANEXOS 01, 02, 04, 06, 08, 12 e 13.**

Para tanto, passaremos a análise de cada um *per si*, conforme adiante.

**ANEXO 1 – Balanço Orçamentário:**

**Nota 01 (fl. 03 – Superávit Financeiro Utilizado para Créd. Adicionais):** O superávit financeiro apontado na última linha da fl. 03 diz respeito a diversas modalidades de recursos, em sua maior parte remanescentes de aplicações de 2018, conforme exemplificado a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| Recursos Próprios (Fonte 100) | R$ 5.858.899,61 |
| FUNDEB (Fonte 300) | R$ 22.308.618,48 |
| Convênios (Fonte 200) | R$ 23.566.877,96 |
| SUS (Fonte 400) | R$ 2.897.338,91 |
| Recursos Próprios de Indiretas (Fonte 700) | R$ 20.771.773,21 |

**Nota 02 (fl. 04 – Pessoal e Encargos Sociais):** Conforme será explicado na nota nº 01 do anexo 04 (Plano Previdenciário), em razão da modificação do procedimento de execução orçamentária do *déficit* previdenciário, os recursos que antes eram contabilizados na Fonte 800, passaram a ser aferidos na Fonte 100. Por conta disso, os valores relativos à pessoal e encargos sociais (linha 3) apresentaram aumento, pois atualmente também correspondem ao montante de recursos que são suplementados de modo a suprir o referido *déficit*.

Além disso, é importante salientar que na referida linha também se encontram computadas as despesas com o adiantamento do 13º dos servidores públicos, bem como a quitação de outras despesas com pessoal não regularizadas no exercício de 2018, tais como o parcelamento do 13º não pago.

**Nota 03 (fl. 07 – Despesas intra-orçamentárias):** A metodologia de cálculo das despesas intra-orçamentárias sofreu modificações para o exercício de 2019, razão pela qual os valores apontados sofreram variação. Ademais, as quantias ilustradas na linha de investimentos também apresentaram redução por conta da paralisação das Fontes 500 e 200.

**ANEXO 4 – Plano Previdenciário:**

**Nota 01:** Os valores relativos à receita de contribuições dos segurados apresentaram redução em razão da modificação do modo de execução orçamentária. Nesse sentido, no exercício anterior o *déficit* previdenciário era computado diretamente na Fonte 800, a qual é refletida no dado em questão. Contudo, atualmente tais recursos são contabilizados diretamente Fonte 100, o que se reflete na aparente redução de receita e no aumento das despesas com pessoal e encargos sociais (Anexo 1, fl. 04, linha 3).

**ANEXO 6 – Resultados Primário e Nominal:**

**Nota 01:** Todas as fórmulas de cálculo e *layouts* de apresentação dos Demonstrativos no exercício de 2019, devem seguir o que preceitua o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF 9ª edição válida para o exercício de 2019, do Ministério da Fazenda através da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

**Nota 02:** O valor apresentado na Disponibilidade de Caixa Bruta, no montante de R$ 764.990.132,15 (setecentos e sessenta e quatro milhões novecentos e noventa mil cento e trinta e dois reais e quinze centavos) **não** diz respeito aos valores que o Estado (Executivo) efetivamente detém, tratando-se de mera contabilização de todos os recursos que foram incluídos no Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA de todos os entes da Administração Pública, tanto dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), quanto dos demais entes dotados de autonomia, como Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas. Nesse sentido:

|  |  |
| --- | --- |
| **CAIXA BRUTO** | **764.990.132,15** |
| Repasse aos Poderes e entidades autônomas | 128.747.048,21 |
| Convênios | 192.602.961,79 |
| FUNDEB | 81.906.800,51 |
| SUS | 55.472.879,97 |
| Operações de Crédito | 112.112.728,45 |
| Recursos Próprios das Indiretas | 43.907.421,72 |
| Recursos Previdenciários | 34.224.565,69 |
| Valores em Trânsitos não baixados pelo Banco | 35.157.648,74 |
| **RECURSOS PRÓPRIOS DO EXECUTIVO** | **80.858.077,07** |

Desta forma, da quantia total de 764.990.132,15 (setecentos e sessenta e quatro milhões novecentos e noventa mil cento e trinta e dois reais e quinze centavos), depois de feita a necessária destinação, resta no Caixa Bruto a importância de **R$ 84.694.578,09 (oitenta e quatro milhões seiscentos e noventa e quatro mil quinhentos e setenta e oito reais e nove centavos)** a título de recursos próprios.

Todavia, ocorrem ainda novas obrigações de repasses que são retiradas dos recursos próprios, quais sejam: CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FEP – Fundo Especial do Petróleo, Cauções, Salário Educação, Contrapartida de Convênios e Rendimento de Operações de Créditos, nos termos da tabela a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **RECURSOS PRÓPRIOS DO EXECUTIVO** | **80.858.077,07** |
| Saldo Liberado/Disponível aos órgãos | 30.797.857,14 |
| CIDE | 2.658.195,85 |
| Fundo Especial do Petróleo | 5.859.720,42 |
| Cauções | 2.362.876,28 |
| Salário Educação | 10.190.388,77 |
| Contrapartida em Convênios | 5.141.863,12 |
| **DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL** | **23.847.175,49** |

Neste caso, observa-se que o valor apresentado na Disponibilidade de Caixa Bruta inclui recursos de destinação obrigatória, ou seja, recursos sobre os quais o Estado não detém livre arbítrio. Além disso, o caixa do Estado apresenta alta volatilidade financeira, tendo em vista o grande volume de pagamentos e transações bancárias, razão pela qual o valor apresentado não reflete o “saldo” real do Poder Executivo, o qual só é possível de aferir de maneira precisa em 31 de dezembro, momento de fechamento do caixa anual.

Importante ressaltar que essa mesma Disponibilidade de Caixa é demonstrada de forma mais detalhada e correta no Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar. Frisa-se que a apresentação de tais demonstrativos só se torna obrigatória no último quadrimestre do ano, conforme dispõe o art. 55, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, destaca-se que o Estado possui diversos compromissos a serem quitados, tendo em vista o valor apresentado no item (XXVIII) - Dívida Consolidada, que atualmente se encontra em R$ 3.913.569.550,71 (três bilhões novecentos e treze milhões quinhentos e sessenta e nove mil quinhentos e cinquenta reais e setenta e um centavos).

**ANEXO 8 – Educação:**

**Nota 01 – Linhas 14 e 20.1**: O termo “Profissionais do Magistério” diz respeito aos professores em efetivo exercício em sala de aula, nos termos do art. 22 da Lei nº 11.494/2007. Ainda nesta senda, resta informar sobre o índice atualmente apresentado71,92% (setenta e um vírgula noventa e dois porcento),que se encontra em patamar superior ao mínimo de 60% (sessenta por cento) exigido por Lei, o que demonstra o compromisso do Estado do Acre na contratação e manutenção da educação pública.

**Nota 02 – Linhas 20.1, 20.2 e 20.3**: Os índices apresentados nas referidas linhas dizem respeito tão somente a resultados parciais, de cunho provisório. Nesse caso, somente no 6º bimestre é que se poderá aferir se os limites constitucionais foram efetivamente cumpridos, ou não.

**Nota 03 – Linha 30**: O valor informado na linha 30, Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB, refere-se à diferença entre o valor das transferências recebidas do FUNDEB (linha 12.1) deduzido do valor das Receitas Destinadas ao FUNDEB (linha 11). Assim, caso o valor destinado seja superior ao recebido, o saldo aparecerá negativo, como ocorreu neste relatório.

Importante ressaltar que o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, 9ª edição, válido para o exercício de 2019, do Ministério da Fazenda através da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, estabelece que:

*“(...) o ente que receber do FUNDEB um total de recursos menor que o total enviado, poderá considerar a aplicação desse decréscimo para cumprimento do mínimo constitucional.”* (p. 305 e 306).

**Nota 04 – Linha 38**: O percentual mínimo de aplicação dos recursos líquidos de impostos em educação (art. 212, CF) é acompanhado até o 5º bimestre através dos valores de despesas liquidadas. Somente a partir do 6º bimestre é que o parâmetro para aferição do cumprimento do limite constitucional de 25% (vinte e cinco por cento) passa a ser os valores de despesas empenhadas.

**Nota 05**: As despesas com professores inativos e pensionistas, apesar de estarem orçamentariamente incluídas na função Educação, não são computadas para a base de cálculo de aferição da Manutenção e Desenvolvimento de Ensino – MDE.

**ANEXO 12 – Saúde:**

**Nota 01 (Fl. 03 – Percentual de Aplicações):** O percentual mínimo de aplicações em ações e serviços públicos de saúde encontra-se acima do limite mínimo de 12% sobre a Receita Líquida de Impostos, conforme dispõe a Lei Complementar nº 141/2012.

**ANEXO 13 – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas - PPP:**

**Nota 01 :** O Estado do Acre, não possui Parcerias Público-Privada - PPP.